



LEI PARA REPUBLICAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

LEI N 2.567/2021.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Fica instituído no município de Alagoinhas - BA o Programa de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade judicial competente.

Art. 2º- Para os efeitos desta lei, considera-se:

- I - Acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;
- II - Família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;
- III - Família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
GABINETE DO PREFEITO

- IV - Família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;
- V - Família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, avaliada e capacitada pelo Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção, por tempo determinado e sempre com determinação judicial;
- VI - Auxílio Acolher: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas suas despesas.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 3º. O Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes terá como objetivos:

- I - Garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;
- II - Atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III - Proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível ou a inclusão em família substituta;
- IV - Contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;
- V - Articular com a Rede Socioassistencial e com as demais políticas públicas, a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º- A gestão do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social — SEMAS que contará com a articulação e o envolvimento dos órgãos e equipamentos que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

- I - Poder Judiciário / Vara da Infância e Juventude da Comarca de Alagoins;
- II - Ministério Público - Comarca de Alagoins;
- III - Defensoria Pública da Bahia;
- IV - Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - Conselho Tutelar; e
- VI - Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura e Lazer;

Art. 5º- O Programa é destinado às crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º- O Programa atenderá crianças e adolescentes do município de Alagoins, que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação Judicial.

§ 1º Os profissionais do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§2º- duração do acolhimento terá período inicial de seis (6) meses, durante os quais a família recebe uma ajuda de custo de meio salário mínimo por mês, com prazo máximo de 18 (dezoito) meses para permanência da criança e do adolescente, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§3º- A qualquer momento, desde que observado o disposto na Lei 12.010 de 2009, o acolhimento poderá ser interrompido por ordem judicial.

**CAPÍTULO III
DOS RECURSOS**



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º- O Programa de Acolhimento em Família Acolhedora contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMAS, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência — FMDCA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 8º - Os recursos alocados no Programa de Acolhimento em Família Acolhedora serão destinados a oferecer:

- I - Auxílio Acolher para as famílias acolhedoras;
- II - Capacitação continuada para a equipe técnica e de apoio do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, preparação e formação das famílias acolhedoras;
- III - Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;
- IV - Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais do Programa prestarem atendimento e acompanhamento às famílias;
- V - Manutenção dos vencimentos da equipe técnica e de apoio do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- VI - Manutenção de veículo(s) disponibilizado(s) para o Programa.

**Capítulo IV
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Art. 9º- Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social — SEMAS autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 10- O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

**Capítulo V
DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA**



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 11- O Programa de Acolhimento em Família Acolhedora será coordenado por servidor do município de Alagoas, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS.

Art. 12- A Equipe Técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora será formada por servidores do município, preferencialmente exclusiva e será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 13- São atribuições da Coordenação do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

- I - Em conjunto com a Equipe Técnica, a acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras;
- II - enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para o CMDCA, Conselho Tutelar, Coordenação da Proteção Social Especial (SEMAS) e Coordenação do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes (SEMAS);
- III - encaminhar em tempo hábil relatório mensal para a Coordenação da Proteção Social Especial e Coordenação do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes da SEMAS, no qual deverão constar: data da inserção da Família acolhedora: nome do responsável; RG do responsável; CPF do responsável; endereço da família acolhedora; nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s); data de nascimento; número da medida de proteção; período de acolhimento; se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais; valor a ser pago;
- IV - encaminhar, em tempo hábil, para a Coordenação da Proteção Social Especial e Coordenação do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes da SEMAS, relação de nome das famílias, nome do banco e número da agência e da conta bancária para depósito do Auxílio Acolher;
- V - remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Programa de Acolhimento em Família ao Juiz competente;
- VI - prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

- VII - encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;
- VIII - cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- IX - monitorar, supervisionar e orientar a equipe técnica e de apoio na execução do Programa;
- X - acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras.

Art. 14- São atribuições da equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

- I - cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;
- II - acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;
- III - acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;
- IV - elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;
- V - acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural, contando com o apoio dos demais integrantes da Rede de Proteção Social;
- VI - monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e ou extensa e família acolhedora;

§1º- Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§2º- Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz competente sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
GABINETE DO PREFEITO

reintegração familiar.

Capítulo VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 15- A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município.

Art. 16- Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 17- São requisitos para que famílias participem do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora:

- I - não possuir vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento;
- II - ser maior de dezoito anos, sem restrição quanto ao estado civil;
- III - ser residente no município de Alagoas há dois anos;
- IV - não estar habilitado, em processo de adoção, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
- V - não ter nenhum membro da família que resida no domicílio que faça uso de substâncias ilícitas e/ou uso abusivo de álcool;
- VI - ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio, inclusive menores de 18 anos;
- VII - apresentar boas condições de saúde física e mental;
- VIII - comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros maiores de 18 anos, que residam na residência;
- IX - comprovar renda familiar;
- X - possuir espaço físico adequado na residência para acolher a criança ou adolescente;
- XI - parecer psicossocial favorável, expedido pela equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora e por outros profissionais da rede, quando necessário;

7



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
GABINETE DO PREFEITO

XII - participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 18- Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família deverá assinar o termo de adesão ao Programa de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 19- O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;
- II - certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;
- III - comprovante de residência;
- IV - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de 18 anos;
- V - comprovante de atividade remunerada de todos os membros da família, se houver;
- VI - atestado médico, do PSE de referência, que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 20 -A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em família acolhedora será feita mediante:

- I - participação em capacitação preparatória;
- II - orientação direta nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 21- As famílias cadastradas e habilitadas receberão, da equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do Programa, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 22- São obrigações da família acolhedora:

- I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou adolescente;
- II - atender às orientações do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

- III - prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido à equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- IV - contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da equipe do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- V - comunicar à equipe técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;
- VI - participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à Família de origem, relações intra familiares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 23- O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

- I - Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- II - Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 17 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- III - Por determinação judicial.

**Capítulo VII
DO AUXÍLIO ACOLHER**

Art. 24- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras o Auxílio Acolher mensal por cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º- O Auxílio Acolher destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à Rede Pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

§2º- Cada família acolhedora receberá o auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º- Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será corresponde ao número de acolhidos.

§4º- Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico ou por suspeita médica devidamente comprovada por relatório, o valor mensal será ampliado em até 20% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

- I - criança ou adolescente com deficiência;
- II - criança ou adolescente com doenças degenerativas;
- III - criança ou adolescente com transtornos mentais e comportamentais classificados no CID 19;
- IV - criança ou adolescente com neoplasia (câncer);
- V - criança ou adolescente com HIV;
- IV - excepcionalmente, a critério da equipe técnica do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora;
- V - crianças e adolescentes usuárias de substâncias psicoativas;

§5º- A Coordenação do Programa deverá manter em arquivo os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos ou até o acolhido atingir maioridade.

§6º- A equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º- A família acolhedora que receber o recurso na forma de Auxílio Acolher, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§8º- O valor do Auxílio Acolher será de meio salário mínimo vigente, atualizado sempre no período determinado pelo Governo Municipal.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 25 - A família acolhedora habilitada no Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de um Auxílio Acolher por abrigado, nos seguintes termos:

- I - A concessão do auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;
- II - A concessão auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento;
- III - Nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e do adolescente, tomando por base o valor referente ao § 8º, art. 24, observado o disposto no § 4º do mesmo artigo;
- IV - Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão do auxílio.

**Capítulo VIII
DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 26- O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e os espaços de controle social - CMDCA e CMAS.

Parágrafo único - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e ao Conselho Tutelar, como também o Ministério Público, acompanhar e fiscalizar a regularidade do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

**Capítulo IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
GABINETE DO PREFEITO

Art. 27- Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o município para execução do Programa de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 28- Fica autorizado o Executivo Municipal editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de Decreto Regulamentar, que deverá seguir a legislação nacional, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 29- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, em conformidade com a dotação orçamentária, prevista na Lei Orçamentária Anual, relativa à Proteção Social Especial, referente aos recursos Municipais.

Art. 30- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 08 de novembro de 2021.

JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO
PREFEITO